



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, A PCH Retiro Velho com capacidade instalada total de 18,0 MW, e energia comercializada anual de 113,51 GWh, beneficiando aproximadamente 144 mil pessoas. A receita bruta de vendas em 2013 foi de R\$ 24,1 milhões, apresentando um lucro líquido da ordem de R\$ 11,9 milhões. À Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	31/12/13	31/12/12
Circulante		3.524	3.427
Caixa e equivalentes de caixa	5	678	569
Contas a receber	6	2.675	2.798
Impostos a compensar		-	-
Despesas antecipadas		72	42
Adiantamentos a funcionários		4	4
Adiantamentos diversos		95	3
Não circulante		111.252	109.088
Ativos vinculados - BNDES	7	2.161	2.348
Impostos e contribuições diferidas	15 e 17	51	-
Depósitos judiciais		1.965	1.961
Imobilizado	8	105.767	104.393
Intangível	9	1.199	15
Diferido	10	109	371
Total do ativo		114.776	112.515
Passivo			
Circulante		10.292	13.432
Fornecedores		1.061	1.942
Financiamentos	12	5.354	5.414
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		20	5
Impostos e contribuições a recolher		161	119
Provisão para férias e 13º salário		91	54
Outros passivos		4	5
Receita diferida	1.1	766	-
Dividendos a pagar	11 e 13	2.835	5.893
Não circulante		39.276	38.910
Financiamentos	12	33.850	38.910
Provisões para compromissos futuros	21	5.426	-
Patrimônio líquido	13	65.208	60.173
Capital social		55.343	55.343
Reserva legal		1.321	724
Reserva de retenção de lucro		40	3.994
Dividendos adicionais propostos		8.504	-
Reserva especial		-	112
Total do passivo		114.776	112.515

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)			
	Nota	31/12/13	31/12/12
Receita líquida de vendas	15	23.226	17.431
Custos da venda de energia		(6.144)	(6.537)
Pessoal		(1.090)	(1.070)
Meio ambiente		(403)	(233)
Operação		(281)	(662)
Manutenção		(711)	(406)
Taxas setoriais		(45)	(47)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(363)	(547)
Seguros		(185)	(121)
Depreciação e amortização		(2.906)	(3.231)
Outros custos		(160)	(220)
Lucro bruto		17.082	10.894
Despesas administrativas	16	(1.159)	(611)
Pessoal		(87)	(110)
Despesas administrativas e gerais		(187)	(295)
Outras despesas operacionais, líquida		(806)	-
Outras despesas administrativas		(79)	(206)
Lucro antes do resultado financeiro		15.923	10.283
Despesas financeiras	17	(3.497)	(4.305)
Receitas financeiras	17	346	249
Resultado financeiro		(3.151)	(4.056)
Lucro antes dos impostos		12.772	6.227
Imposto de renda	18	(545)	(403)
Contribuição social	18	(291)	(219)
Lucro líquido do exercício		11.936	5.605
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		0,3974	0,1866
Quantidade de ações ao final do exercício	13	30.038.414	30.038.414

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)			
	31/12/13	31/12/12	
Lucro líquido do exercício	11.936	5.605	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente total do exercício	11.936	5.605	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)					
	Reservas de lucro			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro		

Saldos em 31/12/11	55.343	444	-	5.407	-	61.194
Dividendos distribuídos	-	-	-	(5.407)	-	(5.407)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.605	5.605
Destinações	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	280	-	-	(280)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	112	(112)	-
Reserva especial	-	-	3.994	-	(3.994)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	-	(1.219)	(1.219)
Saldos em 31/12/12	55.343	724	3.994	112	-	60.173
Dividendos pagos	-	-	(3.954)	-	(112)	(4.066)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.936	11.936
Destinações	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	597	-	-	(597)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	8.504	(8.504)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(2.835)	(2.835)
Saldos em 31/12/13	55.343	1.321	40	8.504	-	65.208

acompanha o tema junto aos escritórios de advocacia para, caso necessário, adotar as providências cabíveis. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). 2.2. Bases de elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. a. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, ex-

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/13	31/12/12
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		12.772	6.227
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Resultado na baixa do imobilizado	8	448	20
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	17	3.454	4.221
Depreciação e amortização		2.906	3.231
Variações nos ativos e passivos			
Aumento em contas a receber		123	(68)
Redução em impostos a compensar		11	45
Aumento de despesas antecipadas		(30)	(12)
Redução (aumento) em adiantamentos a funcionários		-	(5)
Aumento em adiantamentos diversos		(92)	(3)
Aumento em impostos e contribuições diferidas		(51)	-
Aumento em depósitos judiciais		(4)	18
Aumento em fornecedores		86	-
Redução em obrigações trabalhistas e previdenciárias		15	(5)
Aumento em outros passivos		(1)	3
Aumento em impostos e contribuições a recolher		42	(12)
Aumento na provisão para férias e 13º salário		37	(5)
Aumento em receita diferida		766	-
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(835)	(623)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		19.647	13.032
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Redução em ativos vinculados - BNDES	7	187	155
Aquisição de imobilizado	8	(1.191)	(683)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.004)	(528)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Mútuos pagos		-	(575)
Dividendos pagos		(9.960)	(2.013)
Financiamentos pagos	12	(5.094)	(5.059)
Juros pagos sobre financiamentos	12	(3.480)	(4.308)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(18.534)	(11.955)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		109	549
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		569	20
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		678	569
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		109	549

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/13	31/12/12

1. Receita bruta de vendas	15	24.106	18.091
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		24.872	18.091
Ajuste do MRE		(766)	-
2. Insumos adquiridos de terceiros		2.730	2.742
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		741	2.017
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		1.543	725
Perda/Recuperação de Valores Ativos		446	-
3. Valor adicionado bruto (1-2)		21.376	15.349
4. Depreciação e amortização		2.906	3.231
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)		18.470	12.118
6. Valor adicionado recebido em transferência		346	249
Receitas financeiras	17	346	249
7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)		18.816	12.367
8 - Distribuição do valor adicionado		18.816	12.367
Pessoal		987	900
Remuneração direta		731	712
Benefícios		196	95
F.G.T.S		60	93
Impostos, taxas e contribuições		1.889	1.486
Federais		1.878	1.466
Estaduais		2	17
Municipais		9	3
Remuneração de capitais de terceiros		4.004	4.376
Juros	17	3.454	4.221
Aluguéis		147	71
Outras		403	84
Remuneração de capitais próprios		11.936	5.605
Dividendos a pagar	13	2.835	1.219
Dividendos adicionais propostos		8.504	-
Lucros retidos		597	4.386

ceto quando indicado de outra forma. b. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas



RETIRO VELHO

CNPJ nº 07.060.739/0001-38

contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. a. Instrumentos financeiros: i. Ativos financeiros não derivativos. A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Caixa e equivalente de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas no pagamento das obrigações de curto prazo. ii. Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. iii. Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. b. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, conforme legislação tributária vigente. c. Imobilizado: Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Considerando a conclusão das obras e o início das operações em junho de 2009, aliado ao custo do imobilizado atender aos requerimentos do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia manteve o custo histórico como base de mensuração do ativo fixo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposido por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. d. Depreciação: A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNEEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e 474, de 7 de fevereiro de 2012. A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL a PCH, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação da autorização, considerando inclusive as Portarias MME nº 958/10 e nº 197/12, autorizando a prorrogação das PCH's Pacífico Mascarenhas e San Juan, respectivamente, por mais 20 anos, condicionada à realização de pequena melhoria operacional, o que a Administração entende demonstrar a evidência concreta de possibilidade de prorrogação de autorização da PCH por mais 20 anos, entendendo assim estar em linha com um dos requerimentos do CPC 04 e 01CPC 05. Autorização e indenização: A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (ver Nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. e. Intangível: Registrado ao custo de formação. A amortização é calculada a contar da data do início do prazo de vigência dos eventos. f. Diferido: Registrado ao custo de formação. A amortização é calculada a contar da data do início de sua operação pelo prazo de cinco anos. A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido existente até a sua realização total por meio de amortização. g. Valor recuperável de ativos: O imobilizado, intangível e diferido têm o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia não apurou nenhuma indicação de perda que requeresse a contabilização de provisão para ajuste desses ativos ao seu valor de recuperação. h. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido. i. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. j. Receita operacional: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando a energia é gerada e a titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. k. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. l. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são apurados como base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, cujas alíquotas aplicáveis sobre a receita bruta para apuração da base de cálculo são: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. m. Demonstração do valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis. n. Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado por período atribuído aos acionistas sobre as ações ordinárias em circulação no período. O resultado por ação diluído é igual ao básico nos exercícios de 2013 e 2012. o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, sendo essas:

	Instrumentos Financeiros ²
Modificações às IFRS 9 e IFRS 7	Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição ²
Modificações às IFRS 10, 12 e IAS 27	Entidades de Investimento ²
Modificações à IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros ¹

¹ Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. ² Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A Administração da Companhia espera que nenhum desses novos Pronunciamentos tenham efeito material sobre as demonstrações contábeis. 4. **Gerenciamento de risco:** A Companhia avaliou e considerou relevante a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O risco de crédito é formado por um único cliente - Eletrobrás via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda, ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 6. • Risco mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas dos índices econômicos - TJLP (índice de reajuste do contrato de financiamento junto ao BNDES). A Companhia administra e mensura esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado. • Risco operacional: O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e de manutenção corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. se ocorrerem eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme Nota Explicativa nº 20. • Risco de liquidez: Companhia utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa. O excedente de caixa é aplicado imediatamente no mercado financeiro em Certificado de Depósito Bancário (CDB) a taxas que variam de 96,5% a 101,8% em bancos de primeira linha. Assim, a Companhia garante uma caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias de curto e longo prazos, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas. • Risco de juros: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,8% do CDI, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 5. Os passivos financeiros existentes abrangem basicamente saldos de financiamentos obtidos pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 12. Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na Nota Explicativa nº 19. • Gestão de capital: A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração. Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

5. **Caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/13	31/12/12
Bancos	4	112
Aplicação financeira	674	457
	678	569

As aplicações financeiras de liquidez imediata em CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto aos Bancos do Brasil e Santander, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem compromisso de recompra a qualquer momento. 6. **Contas a receber:** Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte. A Companhia registra o valor a receber referente à energia faturada conforme contratada pelo PROINFA. O período médio de crédito no contas a receber é de 35 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber. A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% do contas a receber passados e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - Eletrobrás, inexistindo contas vencidas na data das demonstrações contábeis. 7. **Ativos vinculados - BNDES:** O saldo registrado em 31 de dezembro de 2013, refere-se a recursos recebidos pela Companhia decorrentes da venda de energia gerada e que estão vinculados ao BNDES. Esses ativos estão classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12, o BNDES exige como garantia do financiamento a constituição de conta de reserva vinculada. Esta conta é uma aplicação financeira, no Fundo BB Comercial 17, com taxas que variaram entre 93,0% e 100,6%, do CDI, de liquidez imediata e baixo risco junto ao Banco do Brasil, que é a instituição financeira aprovada pelo BNDES para atuar como administradora das contas. Essa conta deverá ser utilizada para pagamento das parcelas do referido financiamento. 8. **Imobilizado:**

a) Composição do imobilizado:

	31/13/13		31/12/12	
Descrição	Taxa média ponderada de depreciação %	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	-	9.176	-	9.176
Turbina hidráulica	2,50%	9.018	1.073	7.945
Condutor forçado	3,13%	6.926	1.025	5.901
Gerador	3,33%	7.841	1.272	6.569
Comporta	3,33%	2.194	335	1.859
Subestação unitária	3,57%	10.604	1.718	8.886
Estrutura de tensão	3,57%	4.950	155	4.795
Casa de força produção hidráulica	2,00%	27.841	2.470	25.371
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	34.166	2.792	31.374
Adiantamento a fornecedores				673
Outros	3,65%	5.287	1.396	3.891
		118.003	12.236	105.767

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta na Resolução nº 233, de 27 de junho de 2005, da ANEEL, a qual concede à PCH a autorização para se estabelecer como produtora independente, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorização por mais 20 anos. b) Movimentação do custo:

	31/12/11		31/12/12	
Descrição	Adições	Baixas	Transfêrências	
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	6.722	-	-	6.722
Turbina hidráulica	8.890	-	-	8.890
Condutor forçado	6.926	-	-	6.926
Gerador	7.850	-	-	7.850
Comporta	2.271	-	-	2.271
Subestação unitária	10.603	1	-	10.604
Estrutura de tensão	5.014	-	-	5.014
Casa de força produção hidráulica	27.249	422	(9)	27.662
Reservatório, barragem, adutora	31.577	192	(11)	31.758
Adiantamento a fornecedores	673	-	-	673
Outros	5.553	68	-	5.621
	113.328	683	(20)	113.991
Depreciação	(6.635)	(3.071)	108	(9.598)
Saldo	106.693	(2.388)	88	104.393

c) Movimentação do custo no período:

	31/12/12		31/12/13	
Descrição	Adições	Baixas	Transfêrências	
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	6.722	2.454	-	9.176
Turbina hidráulica	8.890	128	-	9.018
Condutor forçado	6.926	-	-	6.926
Gerador	7.850	-	(9)	7.841
Comporta	2.271	-	(77)	2.194
Subestação unitária	10.604	-	-	10.604
Estrutura de tensão	5.014	-	(64)	4.950
Casa de força produção hidráulica	27.662	207	(28)	27.841
Reservatório, barragem, adutora	31.758	2.423	-	34.166
Adiantamento a fornecedores	673	-	(967)	294
Outros	5.621	215	(356)	5.287
	113.991	5.427	(1.415)	118.003
Depreciação	(9.598)	(2.778)	140	(12.236)
Saldo	104.393	2.649	(1.275)	105.767

No exercício de 2013, a Companhia revisou os saldos de adiantamentos a fornecedores e reconiliou com os valores em aberto, no passivo na conta de fornecedores, resultando na baixa de R\$967 do saldo existente em 31 de dezembro de 2013. Ressalta-se que a Administração da Companhia permanece em negociação com os EPCistas para o encerramento e obtenção do termo de quitação do contrato EPC. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de fornecedores reflete o atual estágio das referidas negociações e, na avaliação da Administração, não haverá quaisquer passivos adicionais até a obtenção do termo de quitação previsto para ocorrer durante o exercício de 2014. 9. **Intangível:** Refere-se aos programas ambientais constantes nas licenças de operação, gastos para regularização de serviços que ainda não foram registradas no RGI e software. Em 31 de dezembro de 2013, foram estimados os valores de R\$1.041, R\$150 e R\$8, respectivamente, e registrados. 10. **Diferido:** Os gastos pré-operacionais R\$109 em 31 de dezembro de 2013 (R\$371 em 31 de dezembro de 2012) incluem basicamente despesas administrativas, os quais estão sendo amortizados pelo prazo de cinco anos desde junho de 2009. 11. **Transações com partes relacionadas:** O controle final da Companhia é exercido pelos acionistas Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e Bloco Original (composto pelas empresas BSB Energética S.A. e Eletronir S.A.), visto que estes são acionistas diretos da Brasil PCH S.A. (controladora direta da PCH Participações S.A.), conforme estabelecido em acordo de acionistas. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, relativos as operações com partes relacionadas, decorrem de distribuição de dividendos da Companhia para sua controladora.

	31/12/13	31/12/12
Passivo circulante	2.835	5.893
PCH Par Participações S.A - Dividendos a pagar	2.835	5.893

Remuneração da Administração: Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 05 de março de 2013, foi aprovada a remuneração global da Administração da Companhia para o período de janeiro a dezembro de 2013 em, no máximo, R\$65 (R\$60 em 2012). A Diretoria da Companhia é composta por dois diretores com remuneração anual de R\$31.

12. **Financiamentos:**

	Indexador	31/12/13	31/12/12
BNDES:			
Principal		28.462	33.558
Encargos		10.742	10.766
Total		39.204	44.324
Parcela de curto prazo		5.354	5.414
Parcela de longo prazo		33.850	38.910
Total		39.204	44.324

Em 13 de abril de 2006, a Companhia, visando buscar recursos para implementação do projeto, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES. A dívida (principal e juros) decorrente desse contrato está sendo paga ao BNDES em 144 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal e juros atualizados da dívida divididos pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas. Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante:

	Total
2015	5.642
2016	5.642
2017	5.642
2018	5.642
2019 a 2020	11.282
	33.850

Mutação dos financiamentos em 2013:

	Saldo inicial
Encargos provisionados	34.54
Pagamentos	(8.574)
Saldo final	39.204

As garantias são apresentadas a seguir: (i) Em 4 de abril de 2006, através de contrato suporte com o BNDES, todos os acionistas da Brasil PCH S.A., controladora indireta da Companhia, se comprometeram a honrar qualquer deficiência que afete a capacidade de cumprimento das obrigações da Brasil PCH S.A., da PCH Participações S.A. e da Retiro Velho Energética S.A. até a quitação das obrigações junto ao BNDES; (ii) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avanças com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos; (iii) Constituição de conta de reserva vinculada, proveniente da venda de energia à Eletrobrás. A conta foi aberta no Banco do Brasil S.A., que atua como banco administrador de contas, indicado pela Companhia e aprovado pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação; (iv) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos dessa operação; e (v) Não realização, sem autorização do BNDES, de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, enquanto não estiver preenchida a conta "Reserva do serviço da dívida", mencionada no item (iii) acima. Com vistas a atender cláusula do contrato de financiamento com o BNDES, segue-se o demonstrativo do Índice de Capitalização Próprio (ICP), calculado conforme contrato, em 31 de dezembro de 2013:

	31/12/13	31/12/12
Patrimônio líquido	65.208	114.776
Total do ativo	114.776	114.776
ICP	56,81%	56,81%

O índice apurado na data é superior ao ICP de 20% exigido pelo BNDES. 13. **Patrimônio Líquido:** a) Capital social: O artigo 5º do Estatuto da Controladora informa a existência de um capital aprovado da ordem de R\$55.343. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social subscrito e integralizado é de R\$55.343 e está representado por 30.038.414 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reservas: Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. Reserva especial: Constituída com o objetivo de registrar a destinação dos resultados da Companhia até que o seu fluxo de caixa futuro permita tal distribuição sem riscos financeiros relevantes durante o período da concessão nos termos do artigo 202, parágrafo 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76. Reserva de Retenção de Lucros: Constituída com o objetivo de registrar a retenção de lucros para cobrir o orçamento de capital nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. c) Dividendos: O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2013, foram pagos dividendos de ações ordinárias referentes ao exercício de 2012, no montante de R\$9.960, resta a pagar um saldo, no valor de R\$40. Os dividendos referentes ao exercício de 2013 foram calculados conforme segue:

	31/12/13	31/12/12
Lucro do exercício	11.936	
(-) Reserva legal	(597)	
(-) Base de cálculo do dividendo	11.339	
Dividendos obrigatórios	2.835	
Dividendos adicionais propostos	8.503	
14. Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, ambientais e de caráter comercial. A Companhia é parte em ações cíveis que tramitam em juízo correspondem às questões relativas à definição do valor das indenizações dos direitos de passagem aos proprietários de terras e a posse definitiva de terrenos. Os valores envolvidos, normalmente, são depositados em juízo e reconhecidos como custo do imobilizado e intangível. Com base na posição de seus assessores jurídicos, não há processos envolvendo a Companhia em que a probabilidade de perda seja classificada como provável. Dessa forma, nenhuma provisão para contingências foi constituída. 15. Conciliação da receita operacional líquida:		

	31/12/13	31/12/12
Receita operacional bruta:	24.106	18.091
Venda de energia elétrica	24.872	18.091
Ajuste de MRE	(766)	-
Deduções à receita operacional:	(908)	(660)
PIS	(162)	(117)
COFINS	(746)	(543)
Deduções ao ajuste MRE	28	-
PIS Diferido	5	-
COFINS Diferido	23	-
Receita operacional líquida	23.226	17.431

16. **Despesas administrativas:**

	31/12/13	31/12/12
Pessoal	87	110
Viagens	13	90
Publicação	52	49
Aluguéis	83	97
Serviços de terceiros	98	190
Outras despesas administrativas	20	75
Outras despesas operacionais líquida (*)	806	-
	1.159	611

(*) Refere-se aos valores da baixa no Ativo Imobilizado da transferência da Linha de Transmissão de Retiro Velho para a ENERSUL.

17. **Resultado Financeiro:**

	31/12/13	31/12/12
Despesas financeiras:	(3.497)	(4.305)
Despesas bancárias	(1)	(8)
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(3.454)	(4.221)
Outras despesas	(42)	(76)
Receitas financeiras:	346	249
Rendimentos de aplicações em renda fixa	341	239
Outras receitas	5	10
Resultado financeiro	(3.151)	(4.056)

18. **Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/13	31/12/12
IR(*)	24.872	24.872
CSLL	18.091	18.091
	42.963	42.963
IR(*)	8%	12%
CSLL	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	346	249
Base de cálculo	2.336	3.331
Alíquota nominal	25%	9%
Imposto sobre o resultado	584	300
	(24)	(24)
	560	300
Receita ajuste MRE	(766)	(766)
Base de cálculo	8%	12%
Alíquota nominal	(61)	(92)
Outros ajustes	25%	9%
Imposto diferido sobre o resultado	(15)	(9)
Imposto total	545	291

(*) Até o limite de R\$240 mil a alíquota do IR é de 15%. 19. **Instrumentos financeiros:** Os valores contábeis referentes aos ativos e passivos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, se aproximam, substancialmente, dos seus correspondentes valores de mercado. A Companhia não efetuou operações com derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que representam risco para a Companhia. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses. Os cenários possível e remoto apresentam a deterioração dos preços considerando oscilação na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a essa mesma data. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera a variação para 31 de dezembro de 2014: CDI (10,40%) e TJLP (5%).

Cenário II Cenário III

	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	Exposição	Risco	Impacto	Provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Operação	31/12/13					
Aplicação Financeira	674	CDI	Baixa do Resultado	70	53	35
Ativos Vinculados ao BNDES	2.161	CDI	Baixa do Resultado	225	169	112